

Sexta-Feira, 26 de Junho de 2026

Sem garantias jurídica Maysa Leão recusa vaga temporária na Assembleia

“Não posso arriscar meu mandato”

Danilo Figueiredo e Márcio Eça do rufandobombnews

A vereadora Maísa Leão (Republicanos) afirmou, em entrevista nesta terça-feira (5), que não irá assumir uma vaga temporária como deputada estadual na Assembleia Legislativa por receio de perder o mandato na Câmara Municipal. Segundo ela, a legislação atual não oferece segurança jurídica para esse tipo de movimentação.

De acordo com Maísa, a decisão foi tomada após orientação da Procuradoria da Câmara, que alertou sobre riscos legais envolvendo o tema. “Olha, eu recebi uma orientação aqui da Procuradoria da Câmara para que eu não fizesse essa movimentação, porque já teve uma ADI, uma ação direta de inconstitucionalidade sobre essa matéria em específico”, explicou.

A vereadora destacou que, mesmo que haja tentativa de alteração na Lei Orgânica do Município, ainda assim haveria vulnerabilidade jurídica. “Mesmo que a gente aprove aqui uma lei modificando a lei orgânica, eu estaria em vulnerabilidade, porque se alguém acionar a Justiça para que eu tenha perda de mandato, pode ser que um juiz entenda que a nossa lei aqui não vai ter validade. O meu mandato estaria correndo riscos”, afirmou.

Maísa também revelou que já foi alvo de pedidos de cassação anteriormente, o que reforça sua cautela. Em tom descontraído, fez referência ao programa Fantástico, mas ressaltou a seriedade da situação. “Já pediram minha cassação três vezes. Não posso pedir música no Fantástico, porque não é algo alegre. Então eu sei que não posso arriscar”, disse.

A parlamentar ainda pontuou que há uma vigilância constante sobre seu mandato, o que exige postura rigorosa no cumprimento das regras. “Como tem gente vigiando o meu mandato, eu tenho que andar nas quatro linhas sempre, sem a mínima exceção”, completou.

Cotada como pré-candidata a deputada estadual em 2026, Maísa Leão é vista como um dos nomes fortes do Republicanos para a disputa. A decisão de permanecer na Câmara, segundo ela, é estratégica para preservar sua trajetória política e evitar qualquer questionamento jurídico futuro.